

SOBRE AS DUAS DEFINIÇÕES DE CAUSA EM DAVID HUME: entre a ontologia e a genética da crença¹

ON THE TWO DEFINITIONS OF CAUSE IN DAVID HUME: between the ontology and the genesis of belief

William da Cruz Marques
dacruzmarqueswillian@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0002-5560-4886>

RESUMO: No presente artigo pretendemos, primeiramente, discutir as diferenças entre as definições de causa do *Tratado* e da primeira *Investigação*, visto que esta distinção será importante argumento em favor de nossa interpretação a ser defendida. Na sequência, expomos a interpretação ontológica de Paul Russell sobre as definições de causa e daí extraímos consequências epistemológicas. Apontaremos três possíveis objeções para serem comparadas com a interpretação de Helen Beebe e verificar se ela as evita. Assim, pretendemos argumentar que a forma mais coerente de esclarecer essa discussão é entendendo que não se trata de condições necessárias e suficientes para utilizar um termo, como poderíamos imaginar quando Hume utiliza o termo “definição”, mas analisar a partir da distinção entre relação filosófica e natural tendo em vista a primazia do aspecto genético da causalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Causalidade; filosofia moderna; epistemologia; ontologia; crença causal.

ABSTRACT: This article first aims to discuss the differences between the definitions of cause in the *Treatise* and the first *Enquiry*, as this distinction will be an important argument in favor of our interpretation. Next, we present Paul Russell's ontological interpretation of the definitions of cause, from which we derive epistemological consequences. We will point out three possible objections to be compared with Helen Beebe's interpretation to see if she avoids them. Thus, we intend to argue that the most coherent way to clarify this discussion is by

¹ Agradeço ao Professor Leonardo de Mello Ribeiro pela orientação na produção deste manuscrito, fruto da Iniciação Científica iniciada no segundo semestre de 2024; ao Professor Vinicius França Freitas, pelos apontamentos e correções que ajudaram na construção deste artigo; e aos membros do Grupo de Leitura de Hume do NUPEM PUC-Rio/CNPq Carlota Salgadinho Ferreira, Daniel Nascimento, Laíz Fidelis e Ademir Junior pelas valiosas discussões e sugestões. Além disso, sou grato aos três pareceristas anônimos pela leitura e crítica do presente trabalho. A despeito destas preciosas contribuições, qualquer imprecisão ou erro é de minha inteira responsabilidade.

understanding that it is not about necessary and sufficient conditions for using a term, as we might imagine when Hume uses the term "definition," but rather analyzing it from the distinction between philosophical and natural relations, considering the primacy of the genetic aspect of causality.

KEYWORDS: Causality; modern philosophy; epistemology; ontology; causal belief.

I Introdução

Um dos temas de maior interesse entre os estudiosos de Hume têm sido as duas definições de causa que o autor oferece tanto no *Tratado da Natureza Humana*² quanto em sua *Investigação Sobre o Entendimento Humano*³. As duas definições são distintas em cada uma das obras – distinção que nos será de muito interesse, pois possibilita a conjectura de hipóteses sobre o que levou a tais mudanças e quais suas consequências. Consideramos como uma vantagem interpretativa a capacidade de lidar com essa característica do modo mais elegante e exigindo o menor número possível de rupturas entre as teses defendidas nas duas obras.

No *Tratado*, a primeira definição é dita uma relação filosófica⁴: “*Um objeto anterior e contíguo a outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro mantêm relações semelhantes de anterioridade e contiguidade com os objetos semelhantes ao último*” (T 1.3.14.31). A segunda definição – uma relação natural⁵ – consiste, por sua vez, em “*Um objeto anterior e contíguo a outro, e unido a ele de tal forma que a ideia de um determina a mente a formar a ideia de outro, e a impressão de um a formar uma ideia mais vívida do outro*” (T 1.3.14.31).

Já na primeira *Investigação*, elas são um pouco distintas: “*um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, tal que, se o primeiro objeto não existisse, o segundo jamais teria existido*” (E 7.29); e “*um objeto seguido de outro, e cujo aparecimento sempre conduz o aparecimento na mente àquele outro*” (E 7.29). No decorrer do presente trabalho chamaremos

² Publicado originalmente em 1739 (Livro I e Livro II) e 1740 (Livro III e ‘Apêndice’). Doravante, apenas, *Tratado*. As citações à obra seguirão o modelo (T livro, parte, seção, parágrafo).

³ Publicado originalmente no ano de 1748. Doravante, apenas primeira *Investigação*. Utilizo o seguinte modelo de referência à obra adotado internacionalmente: E, Seção, Parágrafo, como, por exemplo, “E 5.8”.

⁴ Hume descreve o termo relação filosófica como servindo “para designar a circunstância particular na qual, ainda que a união de duas ideias na fantasia seja meramente arbitrária, podemos considerar apropriado compará-las” (T 1.1.5.1).

⁵ Hume a descreve como servindo “para designar a qualidade pela qual duas ideias são conectadas na imaginação, uma delas naturalmente introduzindo a outra” (T 1 1.5.1).

as definições do *Tratado* de C1 e C2, enquanto as definições da primeira *Investigação* de C1.2 e C2.2, respectivamente, conforme a ordem de sua aparição nas obras.

Muito se discute sobre se essas definições seriam coextensivas e, de fato, equivalentes. Contudo, no presente artigo pretendemos seguir por um caminho distinto – ainda que, de certo modo, relacionado – e nos perguntarmos se a melhor forma de compreender tais definições é realmente como *definições*, ao menos no sentido contemporâneo do termo. Isso significa que colocaremos em dúvida se de fato Hume estava dando as condições necessárias e suficientes para utilizar o conceito de causa, ou seja, se ele pretendia propriamente dizer algo sobre em que consiste a causalidade.

Para a presente empreitada, começaremos por discutir as diferenças que julgamos relevantes entre as definições encontradas no *Tratado* e na primeira *Investigação*, pois isso, na sequência do manuscrito, será um importante argumento para se defender a interpretação proposta. Em seguida, exporemos a interpretação de Paul Russell sobre o tema, ressaltando sua perspectiva ontológica pautada na ontologia da dupla existência que Hume desenvolve em T 2.4.1 do *Tratado*. Ela traz valiosas contribuições para o debate e pretendemos extrair dela consequências epistêmicas. Iremos confrontá-las com três principais objeções: falácia regularista acerca da primeira definição, que sua teoria torna ambas definições naturais e que a segunda sofreria de circularidade se tivesse um peso ontológico como pretende o autor. As duas primeiras são oriundas da interpretação de Helen Beebe e a terceira é uma questão mais geral que se mostra um desafio para qualquer intérprete. Beebe argumenta que Hume está dando duas perspectivas sobre a causalidade, uma como relação filosófica e outra como relação natural, e que isso nada diz sobre a natureza ou a definição do que é a causa em um sentido metafísico. Ela defende, diferentemente de Paul Russell, que Hume deriva a epistemologia da análise sobre a origem e os mecanismos de formação da crença, e não a partir da ontologia. Tentamos argumentar que esta interpretação é mais coerente com os propósitos de Hume e, se estamos certos na leitura proposta, soluciona uma série de dificuldades, como as acusações de circularidade ou de falácias.

II Diferenças entre o *Tratado* e a primeira *Investigação*

Começemos por notar que o termo “contíguo” desaparece nas definições da primeira *Investigação* e o termo “anterior” é substituído por “seguido” na mesma obra, que é escrita quase uma década após o *Tratado*. Nós interpretamos aqui que “seguido” [*followed*] tem, numa

descrição de sucessivos eventos, uma conotação prioritariamente temporal. E, embora possa ser argumentado que ele também possui uma dimensão espacial, reforçamos que a ambiguidade é consideravelmente superior ao conceito “contíguo”⁶ presente no *Tratado*. Se Hume pretendia corrigir algumas imprecisões e negligências terminológicas em sua obra posterior (Monteiro, 2011, p. 287-8), não é claro porque tornaria implícito um elemento que era explicitado no *Tratado*. Somado a isso está o fato de que em nenhum momento da primeira *Investigação* Hume afirma que a contiguidade é condição necessária para estabelecermos uma relação causal. Exploraremos no decorrer desta sessão um pouco destes pontos.

O que fez Hume optar pelos termos destacados que vieram a desaparecer das definições no texto posterior pode ter sido uma consequência do que ele formulou acerca da própria causalidade. O autor propõe, inicialmente, que, além da conjunção constante⁷, é uma condição necessária para o conhecimento da causalidade a proximidade espacial e a sucessão temporal (T 1.3.6.16). Os motivos que Hume expõe para a proximidade espacial é que ele compreende “que todos os objetos considerados causas ou efeitos são *contíguos*; e que nenhum objeto pode atuar em um momento ou lugar afastados, por menos que seja, do momento e lugar de sua própria existência” (T 1.3.2.6), ou seja, uma observação empírica. Quanto às causas e efeitos que parecem estar distantes entre si, Hume apela à *opinião corrente*, e afirma que, ao observarmos uma causa e um efeito distantes um do outro, acreditamos que há causas intermediárias entre eles que os conectam, mesmo quando não podemos apontá-las (T 1.3.2.6). Assim, a contiguidade consiste, como observa Helen Beebe, em uma “bem-estabelecida hipótese científica” que é alcançada pela observação e não uma característica necessária *a priori* da causalidade, ou seja, estabelecida por definição (2006, p. 133). A contiguidade, como os demais elementos da causalidade, seriam, nessa interpretação, “restrições normativas” que são passíveis de alteração mediante novas experiências empíricas bem determinadas⁸ (Beebe, 2006, p. 164). Na seção V entenderemos melhor o que isso significa.

⁶ No *Tratado*, o termo “contíguo” faz menção explícita às dimensões espacial e temporal. Por exemplo, quando ele pretende analisar um exemplar da relação causal, Hume descreve os elementos que consegue identificar: “Imediatamente, percebo que eles são *contíguos no tempo e no espaço*, e que o objeto que chamamos de causa antecede o que chamamos de efeito...” (T 1.3.14.1, grifo inserido).

⁷ Esta característica refere-se ao aparecimento de dois eventos distintos em conjunto sucessivas vezes em nossa experiência.

⁸ Dada a necessidade das inferências causais, a conjunção constante é estabelecida a partir da experiência empírica como um critério a fim de modificar as condições de verdade dos juízos causais. Assim, a conjunção constante é usada para identificar provisoriamente uma relação de causa e efeito, sem dizer nada sobre a definição – o que seria – de causalidade. Nesse sentido, quando usamos esse aspecto observacional para apontar tal relação, não pretendemos afirmar nada sobre sua natureza intrínseca. Por conseguinte, contraexemplos para um dos critérios não serve para abalar a teoria, que não pretende ter consequências metafísicas diretas sobre qualquer coisa que pudesse ser interpretada como “essência”. Também passa a ser

De fato, a física newtoniana pareceu obrigar Hume a isso. A lei de gravitação estabelece que a atração dos corpos é proporcional ao produto de suas massas e inversa à distância de seus centros e, à época, era vista como uma causalidade sem elos intermediários e à distância. Não havia variáveis referentes a causas ocultas na fórmula e mesmo assim, ela funcionava perfeitamente para os objetos propostos. Sua precisão na previsão dos fenômenos mudou a opinião corrente que fazia Hume adotar o critério de contiguidade como uma norma científica para estabelecer a existência da relação de causa e efeito (Hill, 2012, p. 172). A teoria da gravitação não necessitava de causas intermediárias para que os cálculos funcionassem, portanto, seria ampliar o número de causas sem ganho no poder explicativo querer postular a existência de tais elos, os quais nem sequer poderiam ser diretamente experienciados.

Contudo, diferente do que Hill propõe – a utilidade de defender a distinção entre o velho e o novo Hume devido a essa mudança (Hill, 2012, p. 165) – talvez não seja preciso dividi-lo em dois, partindo sua teoria ao meio e multiplicando os termos sem necessidade. Certamente nem o filósofo, nem o físico, gostariam de algo assim, visto a importância que ambos atribuem à parcimônia, isto é, uma versão moderna da navalha de Occam (Monteiro, 2009, p. 61-2). É preferível seguir a proposta de Beebe das restrições normativas, assim, quaisquer mudanças nos critérios científicos são perfeitamente coerentes, visto que não se trata da natureza da causa – o que demandaria uma mudança na posição acerca da ontologia – mas dos meios que temos para construir uma relação filosófica entre duas ideias⁹.

Não obstante, o próprio Hume assume a existência de relações causais em que não há proximidade espacial tanto na primeira *Investigação* quanto no *Tratado*, uma vez que, por um lado, analisa na primeira *Investigação* a causalidade que há entre a mente e o movimento do corpo (E 7.9) e, por outro, no *Tratado*, afirma que os dados dos sentidos, excetuando a visão e o tato, não podem ser considerados como espaciais, pois isso implicaria em dizer que o sabor pode ser medido em centímetros (Ayer, 1981, p. 117). Portanto, “a contiguidade não é fundamental para certos itens do mundo mental” (Aguiar, 2008, p. 29).

Essa interpretação é reforçada pelo próprio Hume, quando trata da imaterialidade da alma, e busca discutir a relação entre espaço e certas percepções. Ali, o autor afirma que “Tudo

possível modificar os critérios sem que a estrutura da teoria precise ser revisada, pois já prevê tais possibilidades ao admitir nossa ignorância quanto à ontologia de algo (Beebe, 2006, p. 162).

⁹ Aqui não é o lugar adequado para discutir em detalhes os demais argumentos do artigo em questão, queremos apenas apontar que, dada a interpretação de Beebe (2006), não é necessário, a partir das definições de causa, concluir por essa mudança na estrutura da teoria, o que seria preferível. Para uma discussão mais aprofundada sobre o realismo cético e o “New Hume”, ler Ferreira (2024).

aquilo cuja existência ocupa um lugar tem de ser, ou bem extenso, ou bem um ponto matemático, sem partes nem composição” (T 1.4.5.9). A extensão possui formas geométricas, o que não é aplicável às percepções que não visão e tato, nem aos desejos; mas também não pode se tratar de pontos, pois estes são indivisíveis e, na soma de dois ou mais, podemos formar extensão (T 1.4.5.9). Tais propriedades não se aplicam aos itens em questão, e, por conseguinte, Hume afirma o seguinte:

um objeto pode existir, sem, entretanto, estar em nenhum lugar; e afirmo que não apenas isso é possível, mas que a maior parte dos seres existem e têm de existir dessa maneira. Pode-se dizer que um objeto não está em nenhum lugar quando suas partes não estão situadas umas em relação às outras de modo a formar uma figura ou uma quantidade; nem o todo está situado em relação a outros corpos de modo a responder a nossas noções de contiguidade ou distância. Ora, é evidente que é esse o caso de todas as nossas percepções e objetos, exceto os da visão e do tato. Uma reflexão moral não pode estar situada à direita ou à esquerda de uma paixão, e um aroma ou um som não pode ter uma forma circular ou quadrada (T 1.4.5.10).

O sabor causa uma reação em nós, então, se a contiguidade espacial fosse necessária, isso seria um problema para Hume. Contudo, mesmo com essa discussão presente já no *Tratado*, o autor ainda persistiu na consideração da proximidade espacial em C1 e C2. Portanto, concordamos com Hill sobre ter sido a gravidade, mais do que a causalidade mental, a variável que o fez mudar seus critérios (Hill, 2012, p. 172).

No que diz respeito à anterioridade – ou prioridade temporal –, Hume a considera “essencial para as causas e efeitos” (T 1.3.2.7). O motivo que o leva a isso é o que se chama de “máxima estabelecida” pela filosofia da natureza e pela filosofia da moral, que afirmam que, “[...] se uma causa fosse contemporânea a seu efeito, e esse efeito a seu efeito, e assim por diante, é claro que não haveria algo como uma sucessão; e os objetos seriam todos coexistentes”, o que geraria “a total destruição do tempo”¹⁰ (T 1.3.2.7). Ora, ser uma máxima estabelecida não parece ser um argumento que pudesse ter grande força para Hume, afinal, se ele duvidou até mesmo da máxima causal¹¹ – antes sempre aceita – não seria absurdo duvidar de uma que,

¹⁰ Tal conclusão é baseada numa discussão anterior do *Tratado*, onde Hume afirma que o que chamamos de tempo nada mais é que a sucessão de percepções (T 1.2.3.7).

¹¹ Hume argumenta que a máxima de que todo objeto, para existir, precisa de causa não é demonstrativa, pois seu contrário não implica em contradição. O autor visa refutar os argumentos em favor do caráter demonstrativo da máxima por diversos meios (T 1.3.3.1-5). Todavia, como observa Owen (1999, p. 116), Hume não rejeita tal princípio, apenas o considera produto da experiência empírica.

em suas palavras, “não é tão universalmente reconhecida, estando, ao contrário, sujeita a alguma controvérsia” (T 1.3.2.7). Hume ainda cogita a possibilidade de não ser um argumento satisfatório, mas pede que o leitor o aceite, pois este “verá que a questão não tem grande importância” (T 1.3.2.8).

Ayer concorda com ambas as possibilidades, isto é, que o argumento sobre a anterioridade da causa não é satisfatório e que isso não tem muita importância na teoria como um todo (Ayer, 1981, p. 119). Ayer entende que Hume propõe haver um “conjunto de condições suficientes” e que, quando isso ocorre, o efeito é “produzido” no menor tempo possível. Se uma causa pudesse produzir um efeito instantaneamente, todas deveriam ser capazes de tal, na argumentação de Hume (1981, p. 119). No entanto, Ayer demonstra que a premissa presente no *Tratado* implica em “não poder haver intervalo de tempo entre a causa e o efeito”, e constata que ela não elimina de modo algum a possibilidade de haver sobreposição parcial entre eles – causa e efeito. Ou seja, que o efeito comece a existir enquanto a causa ainda está ocorrendo. Se é possível existir uma sobreposição parcial, ao levarmos isso ao limite, nada impede que haja alguma sobreposição total (Ayer, 1981, p. 119).

Os motivos que fizeram Hume adotar a proximidade espacial já não eram dos mais sólidos por si mesmos, pois é plenamente possível imaginar uma causa agindo distante de seu efeito e, nas palavras de Hume, “ser capaz de formar uma ideia clara de alguma coisa é um argumento inegável a favor da possibilidade dessa coisa” (T 1.3.6.5). E ainda há, como visto, a consideração do fenômeno da gravidade. Hume não só dela tinha consciência, mas a trata como, provavelmente, as causas e os princípios últimos que podemos descobrir na natureza (E 4.12). Ele também a utiliza como exemplo de lei universal sem exceção, o que chama de “prova”¹² (E 6.4). Ora, sendo a contiguidade espacial, no *Tratado*, uma “hipótese científica”, ao encontrar uma mais forte que a suprima, a ação natural a ser tomada é justamente desistir dela, o que de fato ocorreu. Por isso, Ayer considera que Hume abandonou a contiguidade na primeira *Investigação*, onde não a considera em nenhum momento como necessária para a crença causal (Ayer, 1981, p. 116). Aqui temos uma explicação plausível para ela ter sido excluída de C1.2 e C2.2.

Dessa forma, se entendermos que Hume não está discutindo a natureza da causa, mas estabelecendo critérios normativos empiricamente formulados para estabelecer uma relação filosófica – isto é, artificial – entre duas ideias, nós evitamos ter de assumir uma ruptura entre as

¹² Para uma minuciosa análise do tratamento de Hume sobre a gravidade, ver o capítulo 2 do *Hume e a Epistemologia* (Monteiro, 2009).

obras. O autor não estaria modificando o cerne de sua teoria, pois ela justamente prevê alterações a partir dos avanços que podem ser realizados na ciência. Enquanto era uma hipótese bem estabelecida, mantinha-se a contiguidade, quando se tornou ineficiente, a modificamos sem nenhuma perda, já que nossas pretensões são moderadas e econômicas.

III Paul Russell e A Ontologia da Dupla Existência

Uma das questões mais intrigantes sobre o presente tema diz respeito aos motivos que fizeram Hume considerar ser preciso estabelecer duas e não apenas uma definição de causa. Na tentativa de encontrar uma resposta para essa dificuldade, mesmo que indiretamente, Paul Russell (1984) propõe que as interpretemos a partir da ontologia de dupla existência. Esta ontologia consiste na hipótese filosófica analisada por Hume em T 1.4.2. Aqui, o autor analisa o *ceticismo quanto aos sentidos* e visa investigar “*que causas nos induzem a crer na existência dos corpos*”. É importante ressaltar que a existência em si nunca pode ser posta em dúvida, por ser um pressuposto de todo raciocínio (T 1.4.2.1). Depois de avaliar os motivos pelos quais o vulgo acredita, erroneamente, que suas percepções são os próprios objetos (T 1.4.2.31-45), ele passa a investigar a teoria que os filósofos produziram para tentar contornar as evidentes contradições da crença comum. Tal estratégia visa distinguir entre as *percepções* – descontínuas e dependentes da mente humana – e os *objetos* – corpos que existem independente de qualquer homem os observar e que continuam existindo quando ninguém os vê (T 1.4.2.46).

De um lado, a natureza é irresistível em garantir que as percepções muito semelhantes, ainda que interrompidas por uma lacuna na experiência do observador, são do mesmo objeto, pois seria muito custoso conceber que as percepções desaparecem quando fechamos os olhos e novas surgem quando os abrimos, absurdamente parecidas com as antigas; do outro, a razão é clara e precisa em mostrar que são percepções distintas e que é tudo a que nós temos acesso para raciocinarmos (T 1.4.2.52). É dessa luta de princípios contrários que são incapazes de anular-se um ao outro que surge a referida ontologia, agradável à razão por admitir o caráter transitório das percepções, mas que também satisfaz a natureza ao assegurar a independência dos corpos (T 1.4.2.52).

É com esta teoria sobre a natureza da realidade que Russell pretende lançar alguma luz ao debate sobre as definições de causa. Mais do que explicar o número de definições, o comentarista visa esmiuçar a visão humeana acerca da ontologia a fim de explicar o “ar paradoxal” em T 1.3.14. O aparente paradoxo consiste em, por um lado, Hume considerar a crença na

existência do mundo exterior como algo inquestionável, visto que a natureza nos permite perguntar sinceramente como conhecemos os corpos, mas não se eles existem – essa dúvida é vazia e não resiste ao cotidiano (T 1.4.2.1); por outro lado, a ideia de conexão necessária¹³ tem sua impressão na determinação da mente pelo hábito¹⁴ e, sem essa impressão, o termo “necessary connexion” perderia totalmente o sentido¹⁵ (Russell, 1984, p. 2). O próprio Hume reconhece a possível objeção: se a conexão necessária é mental e os corpos operam quando ninguém os observa, como essa operação ocorre? (Russell, 1984, p. 5).

A explicação que é encontrada consiste na dupla existência, que é originada da oposição entre razão e imaginação. De um lado, nunca poderemos conhecer os corpos ou justificar dedutivamente a existência deles, pois “é absurdo imaginar que os sentidos alguma vez sejam capazes de distinguir entre nós e os objetos externos” (T 1.4.2.6). Por outro, Hume também aceita nossa crença natural na existência dos corpos externos como um inescapável dado da natureza humana (Russell, 1984, p. 11). Isso porque sem a continuidade e independência das percepções, nossas experiências presentes entrariam em contradição com as passadas, exigindo muito esforço imaginativo sem nenhuma base da memória que a justificasse (T 1.4.2.20). O exemplo de Hume é a carta de um amigo distante, caso ele deixasse de existir enquanto não o percebo, a carta teria se materializado sozinha, algo demasiado inusitado para que sua ideia da fantasia ganhe força de impressão¹⁶ (T 1.4.2.20).

Russell considera que essa ontologia pode nos auxiliar na compreensão das definições de causa fornecidas em suas obras sobre epistemologia, aqui indicadas em C1-C1.1 e C2-C2.1. A interpretação através da ontologia ocorre da seguinte forma: na primeira definição, Hume têm em mente uma explicação tal qual acontece no mundo real (Russell, 1984, p. 1). Russell justifica essa proposta a partir de suas afirmações sobre como as operações do mundo continuam agindo independentemente da mente humana, por mais que a necessidade que produzisse tal coisa seja ininteligível (Russell, 1984, p. 1). Ele soma a isso a ênfase dada por Hume nas operações dos corpos externos. “No entanto, Hume também pensou que era bastante plausível

¹³ A e B estarem necessariamente conectados significa dizer que A possui uma propriedade tal que seja impossível (inconcebível) que A exista sem ser seguido de B. O que Hume percebe é que não há nos objetos uma tal propriedade, nós acreditamos que eles estão necessariamente conectados com base em um certo *feeling* de que B acontecerá se A acontecer e este, por sua vez, é oriundo da observação de A e B juntos muitas vezes na experiência.

¹⁴ O hábito é “um princípio da natureza humana” responsável pela propensão a realizar um ato ou operação devido à sua frequência (E 5.6) e é descrito como o “grande guia da vida humana”, pois é o que torna a experiência passada útil para nós (E 5.7).

¹⁵ Ver página 9, onde ele discute a teoria do significado em Hume.

¹⁶ Um exemplo de inferência pela melhor explicação, como é reconhecido por Fogelin (2009, p. 67).

sugerir que nossa experiência do mundo material é a fonte de nossa ideia de necessidade”¹⁷ (Russell, 1984, p. 5), algo que o filósofo escocês visa, no decorrer de sua investigação, rejeitar, dada a impossibilidade de encontrar na matéria qualquer impressão que corresponda a esse poder, rejeitando – pelo princípio de cópia – sua existência (Russell, 1984, p. 9).

O fato de o filósofo escocês não mencionar em C1 qualquer tipo de percepção faz seu comentador considerar que ele está falando da causa como ela existe na natureza, independentemente da mente humana (1984, p. 16), ou seja, baseando-se em nossa crença na continuidade e independência das percepções – crença essa que a natureza não nos permitiu negar (T 1.4.2.51). Nesse primeiro aspecto de sua ontologia de “dupla existência”, ele se limita a uma “ontologia de objetos e relações filosóficas”¹⁸ (Russell, 1984, p. 18). Russell defende que, tal como há duas definições de causa, há também duas definições de *necessidade*. Nesta primeira, a necessidade nada mais é que a conjunção constante entre dois objetos (1984, p. 17). Já em C2 – após mudar o ponto de vista do objeto para a percepção – ele estabelece uma ontologia de percepções, propondo que a necessidade nada mais é do que a inferência da mente, produzida pelo hábito, de um objeto a outro (1984, p. 18). Isso deve-se ao fato de que a inferência da mente precisa ser uma associação de ideias, ou seja, a ideia do objeto inferido deve ser avivada pela percepção presente, e apenas as percepções possuem tais propriedades (1984, p. 18). Portanto, o intérprete de Hume defende que a necessidade é essencial tanto para C1 quanto para C2 e suas variações. Sem ela, seríamos incapazes de distinguir as conjunções acidentais ou independentes das que são causais¹⁹. Entretanto, Hume faz questão de deixar claro que não somos capazes de observar nada no mundo, isto é, identificar uma impressão, que corresponda a uma *conexão necessária*, sendo esta estritamente mental (T 1.3.14.22).

Então, o que o faria propor uma definição de causalidade, a qual depende da necessidade, para além das operações do pensamento? A resposta de P. Russell é que Hume se recusa a negar a existência da matéria como o faz Berkley, e considera que acreditamos nela por meio de *instintos naturais* que, como a respiração, não dependem de nosso entendimento. Não só acreditamos no mundo constituído por objetos físicos, mas também que a causação acontece externamente a nós – disso depende a sobrevivência da espécie (E 5.21) –, por isso, é natural

¹⁷ “However, Hume also thought that it was quite plausible to suggest that our experience of the material world is the source of our idea of necessity”. Esta, como todas as demais traduções cujo original é inserido em nota de rodapé, são de tradução própria.

¹⁸ “ontology of objects and philosophical relations”.

¹⁹ Um exemplo dado por Thomas Reid é a conjunção constante entre o dia e a noite. Sem a necessidade, como poderíamos distingui-la da relação entre luas e marés?

que Hume tenha fornecido uma definição de causa e de necessidade que estejam de acordo com estas crenças e, também por isso, não pôde ir além da conjunção constante na primeira definição, pois o costume é mental²⁰ (1984, p. 20). De fato, o escocês é muito claro a esse respeito, ele inicia a seção em que debate a existência do mundo externo deixando claro que “A natureza não deixou isso à sua escolha; sem dúvida, avaliou que se tratava de uma questão demasiadamente importante para ser confiada a nossos raciocínios e especulações incertos” (T 1.4.2.1). E, mesmo depois de ele próprio admitir a insolubilidade da oposição entre imaginação e razão, não hesita em afirmar que “estou seguro de que, qualquer que seja a opinião do leitor neste momento presente, daqui a uma hora estará convencido de que existe tanto um mundo externo como um interno” (T 1.4.2.57), pautando-se nessa certeza para prosseguir em suas investigações.

Hume não nega que a causalidade ocorre no mundo e está para além da compreensão humana, sendo até aqui o mais longe que podemos chegar, o que faz o comentador considerar C1 e C1.1 como “medidas paliativas” para a crença num mundo que não podemos conhecer (Russell, 1984, p. 20). H. Mounce também observa que o próprio Hume julga serem as relações *filosóficas* insuficientes para produzir a ideia de causalidade, já que nem contiguidade, anterioridade ou conjunção constante nos autorizam, por si mesmas, a estabelecer uma conexão necessária. Em suas palavras: “A mera ideia de que dois objetos são constantemente unidos nunca nos dará a ideia de causalidade”²¹, o que faz Hume em seguida apresentar sua segunda definição (Mounce, 1999, p. 42).

Qualquer ar paradoxal que isso venha a possuir é devido a uma ontologia que é produto de dois princípios contrários aceitos pela mente (Russell, 1984, p. 20). Esses princípios consistem, de um lado, no exame minucioso das percepções pela razão, que atesta ser impossível conhecer algo independente delas, e, por outro, os instintos da natureza que nos fazem crer na existência externa e autônoma do mundo material (T 1.4.2.52).

IV Vantagens e Desvantagens Desta Interpretação

Um dos principais méritos de Paul Russell em sua análise, além da inovação considerável de avaliar as definições sob uma ótica que não se restringe à possível e suposta co-extensividade das definições, relacionando-as T 1.4 e seu aspecto ontológico, é o fato de que o

²⁰ “estritamente mental” (T 1.3.14.22).

²¹ “The mere idea that two objects are constantly conjoined will never give us the idea of causality”.

intérprete considerou a segunda definição como sendo a principal definição de Hume, tratando a primeira como uma medida paliativa (1984, p. 20). Até então, os autores costumavam seguir o mesmo caminho da interpretação de Robinson segundo a qual as condições necessárias e suficientes de causa seriam dadas em C1, enquanto C2 consistiria na explicação do porquê nós acreditamos, equivocadamente, que há algo a mais além de conjunção, contiguidade espacial e prioridade temporal, mas que nem sequer seria uma definição²²²³ (Robinson, 1962, p. 167).

Foi sobre C1 também que a maior parte dos chamados neo-humeanos do século XX se debruçaram, pois, pela forte influência do positivismo lógico, C2 e C2.2 parecem ter sido deixadas de lado por sua tendência psicologista, enquanto a C1.2 foi alvo de um “refinamento” na busca de tratar das “*leis da natureza*” (Aguiar, 2008, p. 42) em detrimento da causação em si, que é por ela absorvida nos “neo-humeanos” (Aguiar, 2008, p. 44). Diferentemente deles, Paul Russell percebeu que o método genético de Hume – o qual nos faz buscar a impressão que produz uma ideia, sem a qual nenhum raciocínio pode ser adequadamente compreendido (T 1.3.2.4) – faz com que seja preciso compreender a operação da mente para que possamos analisar os raciocínios sobre causalidade. Por conseguinte, a preferência por C2 e C2.2 parece adequada ao princípio de cópia, segundo o qual toda ideia simples tem uma impressão simples correspondente, enquanto as ideias compostas são aptas a serem reduzidas a uma soma de ideias simples arranjadas pela imaginação (E 2.5). E não só com ele, mas também com a incapacidade humana em perceber nos mil casos que observar de uma conjunção, qualquer impressão nova que já não estivesse nos primeiros casos, sendo, portanto, insuficiente a mera conjunção para investigarmos nossas crenças causais (E 5.5). Como Mounce observa, para Hume, “se nos limitarmos ao que a razão e a experiência podem nos revelar sobre os processos objetivos, nós não poderemos encontrar o que é mais essencial à nossa ideia de causalidade”²⁴ (Mounce, 1999, p. 34).

Todavia, apesar de Russell analisar sob a perspectiva ontológica a qual traz consideráveis inovações sobre a discussão, como a citada preferência por C2 e C2.2, as consequências também epistemológicas de sua teoria parecem problemáticas em alguns aspectos. Isso porque, se Hume está tratando nas definições de causa a partir da natureza das percepções ou dos

²² Curiosamente, nisto – como veremos a seguir – ele parece estar correto, ainda que pelos motivos errados.

²³ Para uma discussão sobre os detalhes da interpretação deste autor, ler *Hume e suas duas definições de Causa*, de Pereira (2018).

²⁴ “If we confine ourselves to what reason and experience can reveal in the objective process, we cannot find what is most essential to our idea of causality”.

objetos, ele ainda estaria explicitando as condições necessárias e suficientes para utilizar o termo em questão. Sua ontologia ainda revelaria o que pode ou não ser conhecido certamente e a justificção para tal. De fato, isso seria uma definição propriamente dita. E, embora Paul Russell não trate Hume como um pirrônico, como veremos, as consequências de manter parte do escopo tradicional sobre as definições de causa na forma de ontologia de objetos e percepções pode levar à conclusão de que o filósofo escocês seria um cético quanto à indução²⁵. Deixamos claro, no entanto, que Russell tenta remediar este inconveniente justamente por meio das crenças naturais e dos princípios contraditórios da natureza humana.

Vejamos algumas das dificuldades. Ele afirma que Hume está de fato definindo “causa” no âmbito do mundo como uma conjunção constante entre objetos, isto é, uma ontologia destes objetos cuja necessidade, segundo Russell, seria apenas conjunção constante (1984, p. 17). E se, de fato, “isso [*conjunção constante*] é tudo que existe de necessário independente do nosso pensamento e raciocínio”²⁶ (1984, p. 19) – C1 e C1.1 –, então ele é incapaz de distinguir “Todo A é seguido de B” de “A é causa de B”, caindo em uma falácia regularista, pois seu espaço amostral pode não ser representativo do todo (Beebe, 2006, p. 164). Esse problema surge da tentativa de apresentar a natureza da causalidade e reduzi-la à conjunção constante. Ora, que todo A observado ser seguido de B não significa que todo A que existe seja seguido de B. Mesmo se idealizarmos um cenário onde é possível levar em conta todos os eventos do tipo A e todos do tipo B, ainda é preciso levar em conta que talvez A seja relacionado com C – que nos é desconhecido – e que sempre está associado a B – que conseguimos observar²⁷.

Uma segunda objeção possível é que, caso a primeira definição for sobre a causa “como ela existe na natureza”²⁸ (Russell, 1984, p. 16) e a segunda sobre o mecanismo mental, isto é, “como ela existe em nossas percepções”²⁹ (Russell, 1984, p. 16) – que parece ser as consequências epistemológicas das conclusões ontológicas de Paul Russell –, então ambas são relações

²⁵ Isto é, não seria uma forma justa de raciocínio. Embora Hume possa estar afirmando que não é a dedução que produz a crença causal, isso não significa que ele a considere inválida. Essa é uma questão que permanece em aberto (Owen, 1999, p. 137).

²⁶ “This is all that exists of necessary independent of our thought and reasoning”.

²⁷ Essa discussão em minúcias adentra o debate sobre a co-extensividade das definições e as interpretações objetivas e subjetivas delas. Para uma análise específica sobre o tema, ler Pereira (2018).

²⁸ “as it exists in nature”.

²⁹ “as it exists in our perceptions”.

naturais: a primeira daria o input e a segunda o mecanismo interno que leva ao output³⁰. Esse é o mesmo problema que atinge as interpretações de Edward Craig e Don Garrett, como observado por Beebe (2006, p. 99). A dificuldade se encontra em pensar a primeira definição de como os objetos operam no mundo, pois Hume é explícito em dizer que “as operações da natureza são independentes de nosso pensamento e raciocínio” (T, 1, 3, 14, 28), enquanto a relação filosófica é sobre propriedades que consideramos, mesmo arbitrariamente, relevantes para comparar duas ideias na imaginação (T 1.1.5.1), ou seja, a mente está envolvida. Se fosse o caso de descreverem o mundo, C1 e C1.1 tratariam de fatos tão involuntários e impositivos quanto a determinação da mente, portanto, ambas as definições consistiriam em relações naturais. A diferença seria apenas que uma daria a informação extraída do mundo – conjunção constante – que faria o mecanismo de associação produzir a crença causal. Todavia, Hume é claro em considerar a primeira como relação filosófica e a segunda como relação natural. Na próxima seção veremos em mais detalhes o modo como Beebe compreende tais tipos de relação.

Quanto à acusação de que a primeira cairia em uma falácia regularista, é verdade que Russell diria que esta é apenas uma medida paliativa (1984, p. 20). Contudo, a outra não termina muito melhor, pois ela implica uma circularidade, visto que ao usar o conceito causal “determina” para definir a causalidade, que consiste justamente em uma determinação³¹. A forma de remediar isso é justamente considerando que ela se refere ao mecanismo de formação da crença, como observa Fogelin (2009, p. 26). Um indício em prol dessa possibilidade é que o próprio Hume substitui o termo “determina” por “conduz” em C2.2, dizendo que “cujo aparecimento de um *conduz* a mente o aparecimento na mente àquele outro”. Essa mudança parece coerente com a intenção de descrever um mecanismo mental responsável por passar do input ao output. Assim, infelizmente, aumentar a coerência presente no trabalho do filósofo escocês reduz proporcionalmente a que podemos delegar ao seu intérprete, já que com isso perde-se de vista do primeiro plano a discussão ontológica, sobre a qual as definições passam a silenciar em qualquer sentido relevante. Não se trata do que existe, mas de como nossa mente opera.

Além disso, talvez seja preferível evitar uma interpretação que utilize da ontologia de dupla existência para explicar as definições, pois Hume afirma – como Russell observa – que essa teoria, tentando explicar a continuidade e independência das percepções conserva todas as

³⁰ O input (informação de entrada num processo cognitivo) consiste na conjunção constante presente no mundo entre A e B, juntamente da aparição de A para os sentidos; o mecanismo interno é o princípio de associação causal que leva ao output (resposta gerada), ou seja, à crença na existência de B.

³¹ Essa objeção não se restringe a Russell, mas é uma dificuldade para qualquer intérprete de Hume que pretenda salvar suas definições.

dificuldades da teoria vulgar com alguns problemas extras que são próprios dela (T 1.4.2.46). Tentemos então um caminho que não arraste as definições para o mesmo paradoxo do mundo externo que tanto desesperou Hume e as transforme em outro “fruto monstruoso de dois princípios contrários” (T 1.4.2.52).

V Helen Beebee: Uma Alternativa Viável

Considerando as dificuldades oriundas da ação de priorizarmos a ontologia, recorremos a Helen Beebee para vermos se a ênfase na genética da crença nos ajuda a evitar tais empecilhos. Porém, antes de mais nada, a fim de melhor compreender essa discussão, será útil entendermos por alto os objetivos mais centrais de sua teoria. Na obra *Hume on Causation* (2006), a autora visa apresentar uma leitura de Hume como um projetista normativo que está prioritariamente preocupado com a origem da crença causal, derivando disto sua epistemologia. Ela aborda a causalidade como se segue: nossa constituição natural envolve mecanismos associativos – semelhança, contiguidade e causação – que tornam possível o raciocínio sobre o mundo. Assim, nós recebemos do mundo uma série de informações perceptivas que sensibilizam esses mecanismos e nos fazem acreditar na existência de uma relação causal entre elas, pois o hábito altera nossa forma de percebê-las (Beebee, 2006, p. 147). E, de fato, é preciso que pensemos causalmente, a natureza nos obriga a isso. Para tanto, buscamos critérios normativos a fim de extrapolar os dados observados e podermos sobreviver e a conjunção constante se torna, pela experiência, uma excelente forma de fazer isso (Beebee, 2006, p. 161-2). Tais critérios restritivos que guiam nosso discurso não são absolutos e nem pretendem revelar algo sobre a natureza intrínseca da causalidade, mas variam conforme a experiência e os aspectos da observação que produzem em nós tal crença (Beebee, 2006, p. 162-4). Nessa ótica, Hume como projetivista não está comprometido em assegurar que não há mais do que regularidade no mundo, mas tampouco compromete-se com a afirmação contrária. Ele está preocupado em dizer que as características do mundo que motivam nosso discurso causal é a conjunção constante e que nosso discurso não pode corresponder à conexão necessária em si. Ela pode ou não existir, e isso nem sequer faz muita diferença (Beebee, 2006, p. 149).

É nesse cenário em que a autora visa discutir o que Hume realmente pretende com as definições que estamos analisando. Beebee considera que a leitura mais caridosa e apropriada das definições de causa é que elas não são propriamente definições nos nossos termos – o que geraria comprometimento ontológico com as condições necessárias e suficientes que, segundo

essa chave de leitura possível, estariam presentes em C1 e C2 – mas sim uma exposição da causalidade vista ora como relação filosófica, ora como relação natural (Beebe, 2006, p. 99), apresentando, como Hume diz explicitamente, “aspectos diferentes do mesmo objeto” (T 1.3.14.31). Não se trata, por conseguinte, de pensar a causalidade ora como referindo-se ao mundo, ora como referindo-se à mente, mas sempre da perspectiva genética que analisa a origem da crença. A primeira seria sobre “circunstâncias externas em virtude das quais dois objetos funcionam psicologicamente como causalmente relacionados”³² (Beebe, 2006, p. 98). A segunda trataria das circunstâncias internas desse mesmo tipo de funcionamento (Beebe, 2006, p. 98). Pode parecer, à primeira vista, estranhamente semelhante à perspectiva de Paul Russell, mas as diferenças são fundamentais. Enquanto o intérprete defende que Hume trata do que de fato existe – ontologia de objetos – e, portanto, do que pode ou não ser conhecido certamente, Beebe o lê como estabelecendo a gênese da crença causal e como a mente funciona. Ela defende que Hume nada responde sobre a pergunta “O que é a causalidade?”³³ (Beebe, 2006, p. 98). Ademais, Hume estaria derivando sua epistemologia – análise do que podemos ou não conhecer certamente – da genética da crença e não de uma teoria ontológica. Porém, tal como Russell, a autora reconhece a dependência de C1 para com C2, ainda que a primeira seja indispensável.

Focando no nível psicológico, Beebe consegue evitar que ambas sejam relações naturais, restringindo-a à C2. Dada a citada dependência de C1 com ela – que discutiremos mais à frente – começaremos por C2, que representa a relação natural de causalidade e “descreve as condições sob as quais nós ‘naturalmente’ viemos a pensar dois objetos como causalmente conectados”³⁴, produzindo a crença naquilo que não foi observado ainda (Beebe, 2006, p. 102). Analisemos como esse processo ocorre: temos que a conjunção constante entre A e B, somada à impressão presente de A, transmite para B a vivacidade daquele que está diante de nossos sentidos. A crença nada mais é que “uma concepção de um objeto dotada de mais força e firmeza do que a que acompanha as meras ficções da imaginação” (E 6.3), ou, ainda mais claramente, “uma ideia vívida relacionada ou associada com uma impressão presente” cuja vividez da impressão é transmitida à ideia, fazendo esta se aproximar em intensidade daquela (T 1.3.7.5). Assim torna-se claro como o hábito age, relacionando A e B na imaginação, de modo

³² “*external circumstances* in virtue of which two objects function psychologically as causally related”.

³³ Talvez o único aspecto verdadeiramente constitutivo da causalidade que Hume busca abordar seja justamente a previsibilidade que ela nos permite. Ainda que sejamos incapazes de adentrar o que há de intrínseco nela, se é que há algo assim, “a única utilidade imediata de todas as ciências é ensinar-nos como controlar e regular acontecimentos futuros pelas suas causas” (E 7.29) e é isso o máximo que podemos buscar da forma mais rigorosa que esteja ao nosso alcance.

³⁴ “describes the conditions under which we ‘naturally’ come to think of two events as causally related”. Ver T 1.1.5.1).

que a vivacidade do primeiro, por estar presente, seja compartilhada com seu correlato e nos fazendo acreditar em sua existência, mesmo que sem o experienciar por meio dos sentidos³⁵.

Tal relação, diferente da artificial – que, como veremos, é caracterizada por ser suave – é irresistível, não dependendo das operações voluntárias da mente (Beebee, 2006, p. 104). Essa interpretação parece caminhar na direção do que de fato Hume pretendia, pois o filósofo escocês observa o seguinte:

Assim, embora a causalidade seja uma relação filosófica, por implicar contiguidade, sucessão e conjunção constante, é apenas enquanto ela é uma relação natural, produzindo uma união entre nossas ideias, que somos capazes de raciocinar ou fazer qualquer inferência a partir dela (T 1.3.6.16).

C1, por outro lado, seria vista como “identificando uma relação sob a qual nós podemos comparar duas ideias arbitrariamente selecionadas”³⁶ (Beebee, 2006, p. 101). A ocorrência da relação filosófica é devida ao fato de que contiguidade e conjunção constante nos autorizam a estabelecer voluntariamente uma relação arbitrária de causação entre duas ideias, já que são os critérios que envolvidos na produção da crença causal. Não se trata daquilo que a causalidade de fato é, mas do que temos ao nosso alcance para tentar identificá-la. Segundo a autora, isso não teria força de produzir uma crença por não sensibilizar o hábito e poderia ser modificado a depender de novas evidências³⁷ (Beebee, 2006, p. 101). Tais critérios são estabelecidos a partir do que nos faz acreditar na existência da relação de causa e efeito como relação natural, sendo dependente da experiência empírica e do avanço da ciência (Beebee, 2006, p. 105-6).

Até aqui, focamos no aspecto genético da relação filosófica – sua origem – que consiste em estabelecer critérios normativos a partir daquilo que reconhecemos ser capaz de produzir crença, ou seja, da relação natural. Contudo, a questão sobre o motivo das duas definições permanece: por que não ficar apenas com a segunda definição? A resposta de Beebee envolve a discussão epistemológica, que é extraída da análise sobre como viemos a acreditar no inobservado e os mecanismos envolvidos nesse processo (Beebee, 2006, p. 105). Acontece que C2 e

³⁵ A presente exposição não se pretende de modo algum a ser exaustiva quanto à teoria da crença em Hume. Para uma discussão detalhada, ler os capítulos 7 e 8 do *Hume's Reason* (1999).

³⁶ “Identifying a relation under which we can ‘compare’ two arbitrarily selected ideas”.

³⁷ Como vimos anteriormente, a contiguidade espacial foi eliminada provavelmente pelo advento da gravitação, o que seria um indício a favor desta interpretação.

C2.2 fornecem uma análise de como o “instinto cego”³⁸ nos leva a crer que dois objetos estão relacionados, porém, precisamos de mais do que isso se quisermos fazer ciência e extrapolar nossas inferências sem precisarmos experienciar a conjunção constante (Beebee, 2006, p. 105).

Esse instinto, por um lado, tem funcionado muito bem ao garantir a sobrevivência das espécies que são dotadas dele (E 5.21); e por outro, não depende de nossa vontade, sendo tão irresistível quanto “sentir a paixão do amor ao recebermos benefícios”³⁹ (E 5.8). Então, dado que isso não está sob nosso controle, o que podemos fazer? Identificar as variáveis envolvidas e aplicá-las na comparação de ideias e análise das hipóteses de modo a isolar os componentes da experiência e refinar com sutileza o que a natureza nos deu em estado bruto (Beebee, 2006, p. 105). Isso responde a uma possível objeção⁴⁰: como a relação filosófica pode apresentar critérios normativos e ser utilizada na ciência se é uma relação arbitrária e suave que não depende de um “princípio de conexão” (T 1.1.5.1)? A resposta é que ela é produzida ao isolar as variáveis envolvidas na formação natural da crença – caracterizada por sua força e imposição – e que usamos para expandir nossos juízos sobre *questões de fato*. Todavia, ainda assim precisamos da relação natural, sem ela, nossas investigações não teriam mais influência que outros caprichos da fantasia.

A fim de que fique mais claro, imaginemos o seguinte cenário: há um químico experiente analisando trabalhos anteriores sobre diferentes informações dos elementos A, B e C. Depois de muito meditar, ele estabelece a hipótese de que a reação entre A e B em certas circunstâncias produz C, mas sem certeza, visto que envolve passos complexos e muitos fatores. Essa relação é voluntária na medida em que, a depender do modo com o cientista dispõe as ideias na imaginação, ele pode mudar a relação, já que ainda não acredita nela de modo irresistível, apenas o suficiente gerado pela relação filosófica, que fornece os critérios para darmos prioridade a essa hipótese em detrimento das demais. No entanto, após fazer uma série de experimentos controlados e isolar cada variável, com o resultado permanecendo o mesmo – o que sensibiliza o hábito – ele passará a acreditar nessa relação, que será imposta pelo mecanismo de associação

³⁸ “blind instinct”.

³⁹ É importante ressaltar que Beebee não pretende afirmar que a imposição pela natureza justifica a crença causal para Hume. “Must” não implica em “ought”. Acontece que nós somos forçados a acreditar em algo para sobreviver e, portanto, temos que escolher uma forma de raciocinar sobre o desconhecido. A inferência causal é a melhor opção, visto que nos manteve vivos mesmo em estado bruto e gera excelentes resultados quando refinada. Portanto, “its justification is based on its reliability. And that justification remains in place in those cases where we do have a choice in the matter” (Beebee, 2006, p. 74). Não sermos capazes de justificá-la dedutivamente deixa de ser um problema, já que não podemos nos dar ao luxo de descartá-la, pois não encontramos nada melhor.

⁴⁰ Agradeço ao professor Leonardo de Mello Ribeiro por chamar minha atenção a este ponto em específico.

– que antes dava apenas um direcionamento suave – e será involuntária. Depois que um certo grau de certeza for atingido, imaginar uma reação distinta teria o mesmo valor em suas ações e paixões que conceber um dragão em sua frente⁴¹.

Vejamos se isso facilita a eliminação da contiguidade espacial na primeira *Investigação*, se o fizer, será um indicativo de que esta interpretação é coerente com a leitura mais parcimoniosa das modificações do *Tratado* para a obra posterior, evitando duplicar o escocês sem que seja estritamente necessário. Os aspectos dos fenômenos que nos faziam acreditar que há uma relação causal anteriormente eram *contiguidade*, *sucessão* e *conjunção constante*. Porém, com o advento da gravitação foi mostrado que a lua interfere sobre o movimento das marés sem ser preciso utilizar nenhum elo intermediário. Pelo contrário, envolver isso nos cálculos poderia atrapalhar, visto que sem eles a precisão já era extremamente elevada. Então, passamos a acreditar – formamos uma relação natural – que a lua interfere nas marés sem uma cadeia que os conecte, portanto, para estabelecermos uma relação filosófica entre dois eventos não precisamos mais da contiguidade espacial. Dessa forma, tal critério, outrora usado como restrição, agora não é mais essencial na formação da crença, pois não deixamos de acreditar que há uma relação porque objetos não estão próximos. Ele pode ser relativizado, ainda que em muitos casos seja influente por estar presente em muitos outros, como nas famosas bolas de bilhar, variando conforme a experiência (Beebe, 2006, p. 163-4). Para isso precisamos que a teoria de Hume seja modificada, aceitando poderes ocultos que não somos capazes de perceber e que conectam a lua e as marés? Não, pois quando dizemos que “não é mais essencial”, não se trata – visto que nunca se tratou – da natureza intrínseca da causa, mas sim do que nos faz acreditar e estabelecer essa relação, quais critérios usamos para isso.

Não temos aqui nada sobre como o mundo funciona ou sobre a validade da crença quanto à natureza da causa – o que seria uma consequência de estabelecer as condições necessárias e suficientes do conceito de causa e teria implicações metafísicas diretas –, mas uma discussão de como viemos a relacionar as ideias de modo a crer naquilo que ainda não experienciamos diretamente e, a partir dela – não da ontologia – é que Hume poderia fazer discussões sobre a validade dos raciocínios a partir de critérios normativos extraídos dos mecanismos gerativos da crença. Portanto, “As definições de Hume pretendem ser especificações das rotas pelas quais nós fazemos julgamento causal mais do que especificações do conteúdo desses

⁴¹ Em sua obra, Beebe usa para essa distinção o caso de alguém que recebe a informação da relação causal entre A e B de um conhecido, mas que, por ser inusitado, não tem força para produzir crença, ficando ao critério do receptor rearranjar a relação. Contudo, a partir da experiência direta, isso não será mais possível, dado o aspecto impositivo da relação natural (2006, p. 104). Ela não entra em minúcias sobre o debate acerca do valor do testemunho.

julgamentos”⁴² (Beebee, 2006, p. 103). Isso significa que Hume não está dizendo o que nos autoriza a usar o termo “causa” do ponto de vista ontológico, nem o que ele significa ou mesmo se existe ou não causalidade no mundo. Quanto a isso, as definições nada dizem (Beebee, 2006, p. 104-5). Por não termos acesso direto via impressões ao poder causal, não seria possível a Hume dar uma definição propriamente dita, isto é, intrínseca, da causalidade. De fato, ele admite que algo do tipo está além de seu alcance (T 1.3.14.31). Tudo que podemos fazer é entendermos como viemos a acreditar na relação causal – caracterizada pela sobrevivência da espécie e o meio que melhor tem funcionado para prevermos eventos futuros – e isolar esses elementos na forma de critérios normativos a fim de direcionar a pesquisa científica, visto que o único objetivo imediato desta é “ensinar-nos como controlar e regular acontecimentos futuros pelas suas causas” (E 7.29) e é a inferência causal quem melhor faz isso.

VI Considerações finais

Retomemos agora como nosso trabalho progrediu durante o artigo. Após termos enunciado as definições de causa do *Tratado* e da primeira *Investigação*, começamos por analisar as diferenças entre ambas as definições em cada obra. Constatamos que elas são relevantes e que provavelmente são fruto da influência newtoniana. Ao utilizarmos a interpretação de Beebee para tentar compreender a relação das mudanças com a filosofia de Hume, percebemos que não é preciso, na análise do atual tema, supor que drásticas mudanças tenham ocorrido de um livro para o outro. Basta vermos as definições como “especificações das rotas pelas quais nós fazemos julgamento causal mais do que especificações do conteúdo desses julgamentos” – sendo estas a relação vista como filosófica e natural – para percebermos que se trata de critérios científicos normativos no caso de C1⁴³ e C1.1⁴⁴ e do mecanismo de associação que *conduz* a mente do input ao output, cujos critérios também variam conforme a experiência empírica e o avanço

⁴² “Hume’s definitions are intended as specifications of the routes by which we come to make causal judgements rather than specifications of the content of those judgements”.

⁴³ “Um objeto anterior e contíguo a outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro mantêm relações semelhantes de anterioridade e contiguidade com os objetos semelhantes ao último”.

⁴⁴ “um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo”.

da ciência, no caso de C2⁴⁵ e C2.2⁴⁶. É a partir desta definição que aquela pode ser construída – o que lhe confere força para servir como restrição normativa em nossos raciocínios filosóficos e científicos mais complexos – e a tal construção é devida à necessidade de fazermos inferência e estabelecermos hipóteses sem experienciarmos a conjunção constante em todos os temas. Com isso, evitamos as consequências indesejadas de ter de pensar as definições a partir de uma teoria complexa e paradoxal como a da dupla existência, bem como evitamos cair em uma falácia regularista e em circularidade ao silenciar modestamente sobre a natureza intrínseca do mundo, desconhecida por nós.

Por fim, evitamos, com essa interpretação, as três objeções que apontamos para Russell: falácia regularista na primeira definição, tratar as duas definições como relação natural e circularidade na segunda. Sendo essa falácia originada ao responder “conjunção constante” à pergunta: “o que é causalidade?”, já que nada demos como resposta por admitirmos estar além de nosso alcance, não poderíamos cometê-la. Como vimos, Beebe descreve a relação filosófica como critérios normativos extraídos da relação natural e que são usados para estabelecer hipóteses sem força de crença ou imposição. Quanto à última, uma análise genética dos mecanismos mentais evita esse embaraço.

Referências Bibliográficas

Primárias:

- HUME, D. (2010). *An Enquiry concerning Human Understanding*. Tom Beauchamp (editor). Oxford: Oxford University Press.
- HUME, D. (2004). *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*. José Oscar Almeida (tradutor). São Paulo: Editora UNESP – Imprensa Oficial do Estado.
- HUME, D. (2000). *A Treatise of Human Nature*. edited by David Fate Norton and Mary J. Norton, Oxford: Clarendon Press.
- HUME, D. (2001). *Tratado da Natureza Humana*. Deborah Danowski (tradutora). São Paulo: Editora UNESP – Imprensa Oficial do Estado.

⁴⁵ “Um objeto anterior e contíguo a outro, e unido a ele de tal forma que a ideia de um determina a mente a formar a ideia de outro, e a impressão de um a formar uma ideia mais vívida do outro”.

⁴⁶ “um objeto seguido de outro, e cujo aparecimento sempre conduz o aparecimento na mente àquele outro. Ou, em outras palavras, tal que, se o primeiro objeto não existisse, o segundo jamais teria existido”.

Secundárias:

- AGUIAR, T. (2008). *Causalidade e direção do tempo*: Hume e o debate contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AYER, A. J. (1981). *Hume*. Lisboa: Editorial Império.
- BEEBEE, H. *Hume and the Problem of Causation*, in P. Russell (ed.), *The Oxford Handbook of Hume*. New York: OUP, 2016.
- BEEBEE, H. (2006). *Hume on Causation*. New York: Routledge.
- FERREIRA, C. S. (2024) O Não Realismo Cético de David Hume. *Dois pontos*: Curitiba, São Carlos, v. 16, n. 3. p. 1-14, novembro de 2019.
- FOGELIN, R. J. *Hume's skeptical crises: a textual study*. New York: Oxford University Press, 2009.
- HILL, J. (2012). How Hume Became The New Hume: A Developmental Approach. *The Journal of Scottish Philosophy*. Edinburg. v. 10. n. 2. pp. 163-181.
- MOUNCE, H. O. (1999). *Hume's Naturalism*. 1. ed. London: New Fetter Lane.
- MONTEIRO J. P. (2009). *Hume e a epistemologia*. 1. ed. brasileira. São Paulo: Editora UNESP; Discurso Editorial.
- MONTEIRO, J. P. (2011). Sobre a Interpretação da Epistemologia de Hume. *KRITERION*. n. 124, pp. 279-291.
- OWEN, D. (1999). *Hume 's Reason*. 1. ed. New York: Oxford University Press.
- PEREIRA, R. M. (2018). Hume e Suas Duas Definições de 'Causa'. *Revista de Estudos Humanos*. v. 6. n. 1-2. pp. 13-32.
- ROBINSON, J. A. (1962). "Hume's two Definitions of 'Cause'" *Philosophical Quarterly*, n. 12, pp. 162-171.
- RUSSELL, P. (1984). Hume's 'Two definitions' of Cause ante the Ontology of 'Double Existence'. *Hume Studies*, v. 10, n. 1. p. 1-25.